

Formação de professores de música: experiências inclusivas

Regiana Blank Wille

Universidade Federal de Pelotas
regianawille@gmail.com

Camila Barboza Castro

Universidade Federal de Pelotas
castrobcamila@gmail.com

Diocelena Miranda

Universidade Federal de Pelotas
lenamiranda94@gmail.com

Resumo: O presente artigo traz reflexões referentes à abordagem do tema Inclusão, dentro da Universidade Federal de Pelotas no Curso de Licenciatura em Música e também dentro das escolas de ensino regular na cidade de Pelotas. Tendo em vista a crescente demanda de alunos com diversas deficiências na escola pública, evidenciamos a necessidade de repensar a formação de professores. Nesse sentido, são apresentadas experiências inclusivas efetivadas de forma lúdica através das aulas de musicalização dentro da Licenciatura em Música na UFPEL por meio dos projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, os quais possuem alunos com deficiências entre elas TEA (Transtorno do Espectro Autista), Síndrome de Down e Paralisia Cerebral. Esses projetos têm buscado estimular os estudos referentes à inclusão e salientar a importância das experiências inclusivas durante a formação dos professores. Essas reflexões são necessárias para que num futuro próximo tenhamos licenciandos sensíveis às adversidades, com capacidade de fazer adaptações em seus planejamentos para que suas aulas possam ser inclusivas a todos e assim tenhamos professores melhor preparados para lidar com a realidade que encontramos nas escolas.

Palavras-chave: Educação Musical, Inclusão, Formação de Professores.

Introdução

A formação de professores tem sido um tópico de muitas pesquisas além de ser muito discutido nos espaços de formação docente principalmente dentro das universidades e nos cursos de licenciatura. De fato a discussão do tema tem evidenciado a importância do desenvolvimento de variadas habilidades e qualidades que o professor deverá possuir para alcançar um bom resultado no êxito de sua atuação profissional. Cada vez mais é exigido dos

educadores o domínio e a aptidão de ensinar uma série de matérias e ideias complexas. A exigência é que o professor tenha capacidades, ações e pensamentos, dado o vasto campo de aplicação dessas capacidades profissionais (RODRIGUES, LIMA-RODRIGUES, 2011).

Pensar em educação musical e em ensino de música para crianças é também pensar em acessibilidade e inclusão. Além do pensar se agrega o refletir sobre como ensinamos e conseqüentemente aprendemos. A partir daí é necessário ampliarmos nossa visão do que se compreende por ensino-aprendizagem. Significa repensarmos nossos modos atuais de ensinar, onde aprender e memorizar conteúdos são coisas diferentes.

A Educação Inclusiva (EI) pode ser considerada um desses “conteúdos” complexos e emergentes em que o professor deve se instruir e a demanda desse estudo se explicita na realidade da escola pública. O aumento significativo de crianças com diversas deficiências inseridas na escola regular fundamenta a necessidade do estudo da Educação inclusiva. Dessa forma, tem feito com que os educadores em formação especificamente os licenciandos/professores em formação no Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Pelotas repensem suas estratégias de ensino. Essa reflexão se faz necessária para que assim consigam dar conta da multiplicidade de fatores que envolvem a docência na atualidade e das dificuldades encontradas durante seus estágios nas escolas públicas na cidade de Pelotas.

A preocupação dos licenciandos em tornar as aulas de música mais dinâmicas e interessantes motivando os alunos para que estes desejem permanecer na escola é notável. Mas percebemos que a inclusão durante a formação de professores ainda é um assunto pouco explorado e quando os licenciandos se encontram atuando na escola, onde é preciso pôr em prática os saberes relacionados a esse tema ainda têm muita insegurança, pelo simples fato de não terem tido experiência anterior durante a formação.

Mesmo sendo uma problemática atual a questão do ensino inclusivo nas escolas não é um tema novo. Desde a década de setenta podemos observar o desejo da sociedade em incluir as pessoas com deficiência:

Com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP/ MEC), em julho de 1973, primeiro órgão responsável pela formulação e acompanhamento de uma política de Educação Especial, em âmbito

nacional, começa a ocorrer a criação de setores especializados nas Secretarias de Educação. Isto trouxe, como consequência, a implantação do atendimento educacional para alunos então considerado como “excepcionais”, também em escolas regulares estaduais e municipais (MARTINS, 2012, p. 25).

Dando sequência a essa iniciação da inclusão das pessoas com deficiência, vieram outros órgãos e surgiram novas regulamentações e estudos sobre o tema. Porém, a partir da década de noventa é que vai se estabelecendo um movimento que perpetua até os dias de hoje, o qual almeja a inclusão integral de todos os estudantes com deficiência na educação regular desde a infância, integrando-os no ensino com típicos independentemente de suas diferenças (MARTINS, 2012).

Avanços significativos na qualidade da educação escolar de crianças com deficiência foram proporcionados a partir de 1996 através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96). Todavia, tais avanços não foram suficientes considerando um panorama geral do país devido a diversos motivos, como a falta de verba para adaptações estruturais, o baixo investimento em cursos de formação continuada de professores com enfoque na inclusão entre outros. Quando falamos de alunos com necessidades específicas, só a vontade de participar das aulas não é suficiente, é preciso que exista um contexto que propicie a interação desse aluno de forma eficaz. Para que isso seja possível é necessário um olhar sensível do professor junto aos pais, parceria com a comunidade escolar e amparo da legislação. Em virtude dessa demanda de alunos deficientes nas escolas públicas, compreendemos a necessidade nas universidades de projetos de ensino, pesquisa e extensão com esse enfoque. Há de se considerar que esta temática precisa ser incluída nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em música nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão.

As atuais políticas de atendimento às pessoas com deficiência no contexto educacional brasileiro são claras quanto a esta necessidade. Torna-se necessário que professores de escolas e cursos de formação de professores junto às universidades busquem juntos a construção das práticas inclusivas. Configurando assim o acesso a todos os alunos para sejam atendidos no seu direito amplo à educação superando as barreiras à aprendizagem, sejam elas estruturais, curriculares, de comunicação, entre outros. Nesta

mesma linha de pensamento Schambeck (2015), destaca que pensar a educação na perspectiva inclusiva significa a realização de mudanças sejam estas adequações dos espaços físicos no que se refere ao acesso, bem como a utilização de métodos e técnicas de ensino. A autora ainda salienta que na execução efetiva de recursos financeiros e pedagógicos precisam estar incluídas as escolas de educação básica preferencialmente e também as instituições formadoras, nesse sentido incluem-se a formação inicial e continuada dos professores.

Inclusão na educação musical e formação de professores

Até pouco tempo, podemos afirmar um período dois ou três anos, todas as questões relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência não faziam parte das preocupações do curso de formação de professores de música da Universidade Federal de Pelotas e talvez de vários outros cursos em nosso país. Não tínhamos essa “provocação reflexiva”, pois tanto nós professores universitários quanto os futuros professores não havíamos sido requisitados sobre as possibilidades de trabalhar a música de forma inclusiva (BARROSO, 2016, p. 149). Não se tinha anteriormente nenhuma sensibilização e até mesmo conhecimento a respeito da inclusão e a possibilidade de pensar que isso pudesse ocorrer fora de escolas especiais.

E sabemos que durante a formação dos professores a inclusão não é um dos assuntos mais abordados nos conteúdos. Essa precariedade se reflete na atuação profissional desse professor lá na educação básica, visto que a ausência de estímulos e vivência com esse assunto não insere o educador musical futuro professor de música nesse contexto. Ao olharmos as legislações veremos que desde a década de oitenta, o movimento para inclusão de pessoas com deficiência vem sendo um motivador da sociedade para que instituições que incluam todos os alunos reconheçam as diferenças, promovam a aprendizagem e atendam às necessidades de cada um. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) promulgada em 1996 garantiu avanços significativos no atendimento educacional escolar de alunos com deficiência. Mas infelizmente a operacionalização da LDBEN não ocorre efetivamente e podemos destacar à organização das

escolas para que se atenda às necessidades básicas de aprendizagem de todos os alunos e os procedimentos adotados no cotidiano, desde educação infantil até a educação superior, bem como a formação inicial e continuada de professores para atuarem nesse contexto.

A experiência na Licenciatura em Música da UFPEL: Extensão, Ensino e Pesquisa

Em meados de 2017 instituímos o Grupo de Estudos em Educação Musical e Inclusão o GEEMIN, um grupo que realiza leituras, discussões e estudos a fim de buscar enxergar sinais, pistas, latências e movimentos ou como chama Santos (2007), o “ainda-não” a possibilidade de mudar, de transferir ou ainda deslocar ações que ainda não foram cogitadas ou realizadas, mas que, em uma ação conjunta, poderão ser exteriorizadas e apontar sinais e possibilidades. As atividades realizadas no Grupo de Estudos fortaleceram as ações de dois Projetos de Extensão: Musicalização Infantil e Musicalização para Bebês.

Assim, ao discutirmos no grupo sobre o trabalho de educação musical e as possibilidades de pensarmos a inclusão, as práticas pedagógicas mais viáveis foram se direcionando para a necessidade de abordarmos as ações musicais de forma lúdica. A partir da presença dos jogos musicais no ensino e aprendizagem das crianças junto aos seus pares, gerou-se maior familiaridade com as abordagens. As brincadeiras musicais além de um meio para ensinar música subsidiaram as ações de inclusão, pois o projeto recebeu várias crianças com transtorno do espectro autista, três crianças com Síndrome de Down e uma com Paralisia Cerebral. É importante atentarmos para a formação de um professor que esteja consciente de sua sala de aula e que mescla a ludicidade com as atividades, conduzindo as mesmas com um olhar de inclusão. Esse mesmo professor não irá pressupor da homogeneização e uniformização do grupo e de seus conteúdos, mas da ampliação de novos caminhos para proporcionar à criança com deficiência a chance de se sentir parte do grupo. A música busca seus afins com o meio infantil a partir de recursos lúdicos de ensino e aprendizagem encontrados na educação musical, fomentado por um ambiente sonoro rico e dinâmico, que podem ser percebidos na realização de atividades e jogos musicais educativos. Destacamos que o jogo educativo é a “mistura da ação lúdica com a orientação do professor, com vistas à aquisição de conteúdos ao desenvolvimento de habilidades” (KISHIMOTO, 1994, p. 23).

Está previsto em lei, que durante a formação inicial todos os futuros professores da Educação Básica necessitam desenvolver competências para atuar com alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, em qualquer etapa ou modalidade de ensino, na perspectiva de que a educação inclusiva se estabeleça. Mas apesar da existência da Portaria nº 1.793/94 e das Resoluções do CNE, as instituições de ensino superior ainda não se estruturaram no sentido de oferecer disciplinas e/ou conteúdos relativos ao tema nos seus cursos de licenciatura. Em alguns momentos isso ocorre de maneira precária através da oferta de disciplinas optativas, o que dificulta a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes relativas ao processo de atendimento à diversidade dos educandos (MARTINS, 2009). Mais do que inserir disciplinas nos currículos é preciso repensar a visão do que compreendemos como ensino aprendizagem, sendo este pessoal e intransferível. Para que a inclusão tenha possibilidades de ocorrer é preciso examinar atentamente que cada um aprende de uma forma e em tempos específicos. Significa perceber e respeitar a individualidade dos alunos permitindo a construção pedagógica e acadêmica de cada um.

Os projetos de extensão realizados no LAEMUS - Laboratório de Educação Musical da UFPEL - têm procurado superar as dificuldades que se apresentam, garantindo aos futuros professores de música uma formação voltada para a educação inclusiva. Assim como vencer o desafio de inserir pessoas com deficiência em aulas, atividades culturais e musicais, neste caso específico de crianças e bebês.

O projeto de extensão denominado Musicalização de Bebês surgiu no ano de 2007, realizando atividades com crianças desde o nascimento até três anos. O foco principal do projeto é a vivência musical dessas crianças, bem como proporcionar o vínculo do bebê com seu cuidador. No ano de 2014, o projeto teve grande procura de pais com filhos com o Transtorno do Espectro Autista - TEA. Esta busca se deu a partir da indicação de psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais que atendiam essas crianças, especialmente motivados pelas atividades de estimulação realizadas pelos/com os bebês e fazem parte do projeto. Além disso, as atividades que ocorrem durante as aulas de musicalização proporcionam contato com outros meios não somente com fins terapêuticos, o que diverge daquelas atividades que são estruturadas pelos psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, entre outros.

O projeto de Musicalização com os bebês acontece com um encontro semanal, onde nos reunimos com os bebês, que, acompanhados pelos pais, participam das atividades musicais. Nestes encontros, são instigados a interagir com as diversas dinâmicas sonoras proporcionadas a elas durante o período de acontecimento das atividades, que ocorre uma vez por semana, sendo totalizado em trinta minutos de atividades intensas. A estrutura das atividades e dinâmicas é rotineira, sendo de grande valia para a criança autista, para que a mesma consiga expressar musicalmente ao seu tempo, socializar com outros bebês e ser instigada a compreender o que está sendo proposto. As atividades de movimento, expressão e percussão contribuem para essa vivência. Destacamos que a música é uma forma importante para se trabalhar a comunicação entre a mãe e o bebê, que os primeiros contatos físicos e emotivos e assim também os estímulos auditivos são importantes para o seu desenvolvimento. Desta forma as práticas musicais realizadas no projeto têm sido direcionadas e preparadas para confrontar-se com diversas situações, neste caso específico para com a inclusão das crianças com TEA.

Paralelamente aos projetos de extensão outros dois foram criados: o projeto de ensino que se configura no GEEMIN (já citado anteriormente) e o projeto de pesquisa sobre interações de crianças autistas num contexto de educação musical. O projeto de pesquisa é atribuição do Grupo de Estudos em Educação Musical e Inclusão e tem como objetivo Analisar os comportamentos (iniciativas e respostas) de crianças dentro do TEA, com seus pares, no ambiente de uma aula de musicalização infantil (educação musical). Considerando as possibilidades de interação social de crianças com TEA partir dos benefícios da educação musical, a pesquisa pretende investigar a ocorrência de indicadores de sociabilidade (iniciativas e respostas) de crianças com esse transtorno, em relação a seus pares, durante aulas do Projeto de Extensão Musicalização infantil, ao longo de um período do último ano.

A construção de significações, a gênese do pensamento e a sua própria constituição como sujeito são feitas através das interações constituídas com outros parceiros em práticas reais e palpáveis, através de um ambiente que reúne circunstâncias, elementos, práticas sociais e significações. Assim se a interação é uma ação partilhada ela é influenciada por características de ambos os parceiros. Este trabalho interativo que se origina na interação com parceiros é prolongado por toda a vida especialmente na educação escolar e poderá

avaliar reproduzir e transformar as significações sociais abrindo um amplo campo de transformação pessoal.

Considerações Finais

Podemos perceber ao longo desses anos de projetos, uma melhora significativa nas atuações dos alunos perante a temática da inclusão como algo mais próximo e efetivo. Os projetos de extensão têm se tornando cada vez mais abrangentes e a partir de estudos e trabalhos neles realizados foram abertas vagas para crianças com diversas deficiências, onde o estudo sobre cada uma delas auxilia nas futuras atuações profissionais dos monitores.

A criação dos projetos de pesquisa e ensino, em consonância com os projetos de extensão proporcionam debates e discussões que fomentam a formação dos educadores dentro de nossa instituição. A partir das vivências nos projetos, os trabalhos de conclusão de curso dos acadêmicos têm sido realizados sob a temática da inclusão, demonstrando o interesse em buscar mais e mais conteúdos a respeito do que vem sendo aprendido e desenvolvido dentro deles. Além disso, vários artigos têm sido escritos e podem servir de referência para outros educadores fora do âmbito da universidade, compartilhando o conhecimento que tem sido construído pelos acadêmicos. Também foram realizadas oficinas pelos monitores para professores da educação infantil, ampliando o conhecimento para essa área.

Os direcionamentos dos projetos têm proporcionado repensar o que pode ser proporcionado a partir das práticas pedagógicas em música e que outras possibilidades podem ser consideradas. Tem sido possível descobrir novos meios para que a formação docente possa considerar aula de música como um local de conexões, possibilidades e tensões, e que por isso, seja um lugar de partilha e não de exclusão.

Referências

BARROSO, Maria Aida. Música e Inclusão nas Universidades. In: *Música e Inclusão Múltiplos Olhares*. LOURO, Viviane (org.). São Paulo: Editora Som, 2016. p. 147-164.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 23 dez. 1996.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *O jogo e a educação infantil*. São Paulo, SP: Pioneira, 1994.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. *Educação e Serviço Social: Elo para a construção da Cidadania*. [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2012.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Políticas públicas e formação docente para atuação com a diversidade. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos.; PIRES, J.; PIRES, G. N. L. (Org). *Políticas e práticas educacionais inclusivas*. Natal: EDUFRN, 2009. p. 73-91

MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*. Salvador, BA: EDUFBA, 2012.

RODRIGUES, David; LIMA-RODRIGUES, Luzia. Formação de Professores e Inclusão: como se reformam os reformadores?. In: *Educar em Revista* [online] Paraná, n. 41, jul-set. 2011. p. 41-60. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155021076004>

SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHAMBECK, Regina. Finck. Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula: tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música. In: *Revista da ABEM*. Londrina, v.24, n.36, jan. jun. 2016. p. 23-35.